

Reunião do Conselho Científico

Local: Sala de Reuniões dos Órgão de Gestão**Data:** 23 de Junho de 2010**Hora:** 14h30

Convocados	Presentes
Presidente: Prof. ^a Doutora Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva	✓
Vice-Presidente: Prof. Doutor Francisco José Bessone Ferreira Alves	✓
Prof. Doutor Abel Hermínio Lourenço Correia	✓
Prof. ^a Doutora Ana Sofia Pedrosa Gomes dos Santos	✓
Prof. Doutor António Fernando Boletto Rosado	F
Prof. Doutor António Prieto Veloso	F
Prof. Doutor Carlos João Viana Freire de Andrade	✓
Prof. ^a Doutora Cristina Paula Fidalgo Negreiros Monteiro Bento	✓
Prof. Doutor Daniel Tércio Ramos Guimarães	F
Prof. Doutor Duarte Fernando Patronilho Araújo	F
Prof. Doutor Filipe Manuel Soares de Melo	✓
Prof. Doutor Francisco dos Santos Rebelo	✓
Prof. Doutor José Domingos de Jesus Carvalhais	✓
Prof. Doutor José Henrique Fuentes Gomes Pereira	F
Prof. Doutor Luís Fernando Cordeiro Bettencourt Sardinha	F
Prof. Doutor Marcos Teixeira de Abreu Soares Onofre	✓
Prof. ^a Doutora Maria de Fátima Marcelina Baptista	✓
Prof. ^a Doutora Maria Margarida Marques Rebelo Espanha	✓
Prof. ^a Doutora Maria Margarida Nunes Gaspar de Matos	✓
Prof. Doutor Paulo Alexandre Silva Armada da Silva	✓
Prof. Doutor Pedro Jorge Amaral de Melo Teixeira	✓
Prof. Doutor Pedro Jorge Moreira de Parrot Morato	✓
Prof. Doutor Pedro Simões Cristina de Freitas	✓

Agenda	Decisões/Acta
<p>1 Informações</p> <p>Avaliação do Desempenho dos Docentes – Pareceres dos Sindicatos</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa/FENPROF – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados - SNPL 	<p>1</p> <p>Foram analisados os pareceres dos sindicatos dois sindicatos que deram entrada no Conselho Científico (<i>Anexo I</i>) e foi aprovada a sugestão da Presidente do Conselho Científico de incluir no Art. 39.º, ponto 4, a audição pelo Conselho de Coordenador de Avaliação dos docentes, de representantes eleitos de docentes, conforme recomendação da FENPROF.</p> <p>Foi ainda considerado fundamental reforçar a necessidade de validação do sistema de avaliação tal como recomendado pelo mesmo sindicato.</p> <p>Artigo 14.º, Ponto 2 – Introdução de uma correcção no que diz respeito à valorização das citações de artigos científicos. A necessidade desta correcção foi aprovada por unanimidade. (<i>Anexo II</i>)</p> <p>Surgiram duas propostas:</p> <p>Proposta 1 – Inclusão de um factor de 1/3</p> <p>Proposta 2 – Inclusão de um factor de 1/5</p> <p>Foi aprovada a proposta 1 com 11 votos tendo a proposta 2 obtido 6 votos.</p>
<p>2 Áreas disciplinares - lista de publicações</p>	<p>2 Considerou-se importante que</p> <p>2.1 – A Comissão de Avaliação e Contratação estabelecesse princípios e critérios de atribuição de vagas, tendo em consideração, entre outros, o número de docentes e o número de alunos garantindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) um número mínimo de professores catedráticos por área disciplinar e ter em linha de conta o número de potenciais candidatos a concurso em cada uma delas. b) o processo de avaliação do desempenho dos docentes também solicitar aos docentes. <p>2.2 – Se solicitasse aos docentes informação relativamente à área disciplinar em que pretendem ser avaliados a partir do ano de 2010 inclusive. Foi ainda decidido que se deveria alertar os docentes para as implicações da escolha da área disciplinar na avaliação.</p> <p>2.3 – Fosse divulgado o Regulamento de Concursos.</p>
<p>3 Distribuição de Serviço Docente</p>	<p>3 Continuou-se a discussão, iniciada na reunião do dia 16 de Junho, do documento “Normas para a Distribuição de Serviço” (<i>Anexo III</i>)</p> <p>Ponto 9, alínea b)</p> <p>Foi apresentada uma proposta do Conselho de Gestão de atribuição de 0.5h/ano por aluno para o Mestrado em Ensino da Educação Física nos Ensino Básico e Secundário e de 0.25h/ano por aluno para os restantes Mestrados.</p> <p>A proposta foi rejeitada com uma votação de 6 votos contra, 4 abstenções e 4 votos a favor.</p> <p>Seguidamente procedeu-se à votação em alternativa de duas propostas sobre a atribuição do nº de horas/ano por</p>

	<p>aluno:</p> <p>A – O número de horas ser igual para todos os Mestrados</p> <p>B – Existência de diferenças no número de horas entre os Mestrados</p> <p>Foi aprovada a proposta A por maioria de 10 votos a favor e 3 votos contra</p> <p>Foi colocada à votação, a proposta de atribuição para o estágio no mestrado de 0.5h/ano por aluno, tendo sido aprovada por maioria de 6 votos a favor, 4 abstenções e 4 votos contra.</p> <p>Devido ao adiantado da hora, o Ponto 8 não foi votado.</p>
<p>4 Anexos ao Regulamento de Mestrados</p>	<p>4 Este ponto não foi tratado, embora não se tenha registado, conforme solicitado, qualquer proposta de alteração aos anexos.</p>

Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião às 18 horas

(Profª Doutora Leonor Moniz Pereira)

(Prof. Doutor Francisco José Bessone Ferreira Alves)

Anexo I

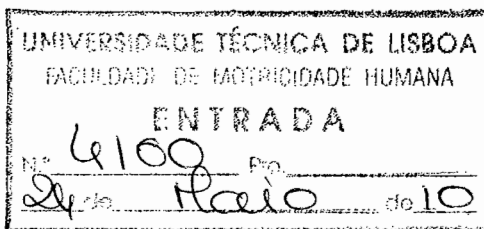


SPGL

SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede · Serviços Médicos ·

Rua Fialho de Almeida, 3, 1070 -128 Lisboa
Tel.:21 381 91 00 Fax:21 381 91 99
Email: spgl@spgl.pt • www.spgl.pt



*Ao Presidente
Faculdade de Motricidade Humana
Carlos Alberto Ferreira Neto
26/05/10*

Sua Referência:

Exmº Senhor Presidente
Faculdade de Motricidade Humana
Professor Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto
Estrada da Costa
1499-002 Cruz Quebrada Dafundo

Nossa Referência: SP-150/2010

Data: 21/05/2010

*Time: 21/05/10
JCS*

Assunto: Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes

Senhor Presidente da FMH,

Junto enviamos a V. Exa. o parecer do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa/FENPROF sobre o Projecto de Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes da FMH que nos foi remetido por ofício nº 820, datado de 27 de Abril p. p., por nós recebido a 29 do mesmo mês.

Encontramo-nos à disposição de V. Exa. para a realização de uma reunião, caso considere de interesse.

Com os melhores cumprimentos

A Direcção

João Cunha Serra
João Cunha Serra

Parecer do SPGL/FENPROF sobre o Projecto de Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa

A avaliação do desempenho dos docentes é um instrumento que poderá influenciar significativamente o exercício de funções dos docentes, no sentido da melhoria da sua qualidade e da sua eficácia – o que é desejável –, mas que poderá também, se aquela for mal compreendida e aplicada, levar à deterioração do ambiente académico e do relacionamento entre os docentes, designadamente entre avaliadores e avaliados, e à distorção dos seus objectivos se o “trabalhar para a maximização das classificações” conduzir a efeitos perversos quanto às prioridades e ao modo de exercer essas funções por parte dos docentes.

Tudo isto aponta para que deva haver grandes cuidados quanto à adesão aos procedimentos previstos, por parte dos que irão ser avaliados, bem como à adequação deste instrumento, no respeito pelos princípios da liberdade académica, da imparcialidade, da objectividade, da transparência, da idoneidade, da justiça e da equidade.

Consideramos que, no geral, o projecto em apreço satisfaz os princípios enunciados. Releva-se a preocupação que perpassa pelo documento de que o sistema de classificação seja técnica e cientificamente fundamentado, com base na Teoria do Valor Multicritério, incluindo factores de discricionariedade controlada, associados à avaliação da qualidade.

Entendemos igualmente como muito positiva a consideração da especificidade das várias áreas científicas, materializada na diferenciação de parâmetros, tais como metas e tectos.

Julgamos, no entanto, pertinente apresentar as seguintes observações ao projecto:

1. O sistema de classificação e a conversão das classificações em menções são questões muito sensíveis num regulamento de avaliação do desempenho. Isto implica que deva ser realizada uma validação do modelo, com base no exercício da sua prévia aplicação aos actuais currículos dos docentes, para verificar da razoabilidade do sistema proposto.

Em particular, é importante que se verifique se a distribuição dos docentes pelas menções é aceitável e se a correspondência entre menções e pontuações, proposta no projecto, é equilibrada, tendo em atenção que as instituições de ensino superior já seleccionam os seus docentes com elevados níveis de exigência, designadamente no que respeita a qualificações, sendo expectável que a distribuição das menções reflecta essa situação, afastando-se pela positiva das quotas impostas no SIADAP para a generalidade da Administração Pública.

Sendo compreensível que o projecto não venha acompanhado de um estudo desta natureza, não queríamos deixar de apontar esta nossa preocupação, sobretudo quando se conhecem as dificuldades em estabelecer indicadores que sejam bem adaptados às

diferentes realidades de produção científica e pedagógica inerentes às várias áreas científicas e disciplinares, de modo a garantir uma justiça relativa.

Por outro lado, tendo em atenção que o disposto no ECDU sobre avaliação do desempenho e o estabelecido no Regulamento da Avaliação do Desempenho dos Docentes da UTL, implica que as mudanças de posicionamento remuneratório são baseada numa seriação e em montantes máximos fixados pelo Governo, perde importância a preocupação, manifestada por algumas instituições, em assegurar que é reduzido o número dos docentes que têm a classificação máxima, uma vez que o número daqueles que pode subir de escalão está limitado pelo montante máximo fixado pelo Governo e não pelo efeito conjugado do nível de exigência para a obtenção das classificações mais elevadas e pelo nº de pontos a exigir para a subida de escalão.

Deste modo, encontrando-se os docentes do ensino superior libertos do espartilho das “quotas” para a atribuição das menções qualitativas mais elevadas, poderão as instituições encontrar sistemas mais justos e mais de acordo com a realidade, no que se refere à distribuição das menções qualitativas no âmbito do corpo docente.

2. Atendendo à delicadeza de que se reveste a utilização dos inquéritos à qualidade do ensino, feitos aos alunos, como instrumento de avaliação dos docentes, importa, no momento de lhes atribuir um peso com algum significado para esse efeito, assegurar que os seus resultados são fiáveis e que existe equidade na sua utilização, nomeadamente, que todos os docentes são avaliados.

Na ausência de um conhecimento sobre estudos de fiabilidade dos referidos inquéritos na FMH, sugerimos que, caso haja dúvidas sobre a validação dos seus resultados, seja reduzido para metade o peso desses resultados, passando o denominador da expressão de l_i , da alínea c) do nº 2 do artº 18º, de 8 para 16.

3. O regime geral prevê instâncias de audição de representantes eleitos pelos docentes no acompanhamento e avaliação da aplicação da avaliação do desempenho. Assim, julgamos adequado que se preveja que, para o exercício da competência do Conselho Coordenador de Avaliação de docentes, constante do nº 4 do artº 39º do projecto, sejam ouvidos representantes eleitos dos docentes ou os seus representantes sindicais.

Entendemos assim dar o nosso parecer favorável a este projecto de regulamento na suposição de que as questões por nós acima apontadas tenham sido ou irão ser adequadamente acauteladas.

21 de Maio de 2010

A Direcção



Sindicato
Nacional
dos Professores
Licenciados

*As Causas Científicas
M/ Humanas Carlos Alberto
12/05/10*

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA	
ENTRADA	
Nº 3694	Pro. _____
de _____ de _____ de _____	

Exmo. Senhor
Presidente da Faculdade
de Motricidade Humana
Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira Neto

Serve o presente para remeter a V. Exa, Parecer sobre o Projecto de Regulamento da Avaliação de Desempenho dos docentes da Faculdade de Motricidade Humana.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa. 10 de Maio de 2010

A Presidente,

(Grasiela Rodrigues)



Sindicato
Nacional
dos Professores
Licenciados

Parecer do SNPL

Projecto de Regulamento da Avaliação de Desempenho dos docentes da Faculdade de Motricidade Humana

Na generalidade:

- Não está especificado nem remetido para a lei geral o efeito previsto na lei de subida de escalão remuneratório a quem tiver duas avaliações com o nível máximo.

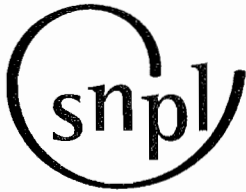
- Se não foi lapso, é de louvar que não esteja prevista a correcção da avaliação por parte do reitor sobre a avaliação proposta pela faculdade ou escola.

- Apesar de ser necessário tornar os critérios, e respectivos pesos, acessíveis a um número maior de docentes que não estejam familiarizados com tantas fórmulas matemáticas, merece ser salientado esse esforço de quantificar o mais possível os sub-parâmetros de avaliação.

Na especialidade:

6º:

Não parece poder ter suporte no diploma do MCTES. Mas, mesmo tendo, devem ser bem especificados os parâmetros de uma tal avaliação para que ela não venha a sobrepor-se ou a contradizer a regulamentar. Quanto mais aumentarem os critérios subjectivos, mais injusto e conflituoso se pode tornar o processo de avaliação.



Sindicato
Nacional
dos Professores
Licenciados

7º

A recusa em avaliar, se devidamente justificada, não deve conduzir a processo disciplinar. Razões de conflitos de interesse ou de incompatibilidade pessoal podem ser válidas para recusar avaliar outrem.

8º-10º

Para além da dependência que algumas actividades têm de uma avaliação por conhecimento e contactos pessoais (aceitar uma reformulação curricular ou de unidade curricular pode depender de relações subjectivas do docente que as propõe com mos órgãos de poder), importa encontrar critérios de medida quantificada da qualidade docente e relação com os alunos: a assiduidade e pontualidade do docente, a coerência, clareza e rigor no tratamento da avaliação dos alunos, por exemplo, não aprecem mencionados no meio de tanta especificação.

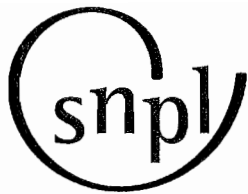
13º, 2, c)

É preciso muito cuidado com este parâmetro: um docente pode ter muitas unidades ou só uma para leccionar, dependendo disso de imposições de necessidade ou de quantidade de turmas. A quantidade não pode justificar toda a mediocridade, nem a falta de quantidade implica falta de qualidade.

14º

A complexidade da fórmula terá difícil tradução prática, sobretudo para avaliados e avaliadores das áreas de ciências humanas e sociais, como educação, psicologia, história, e afins.

Por outro lado, sabemos que existem livros que servem de 'compêndios' em grandes cursos e que nem são estrangeiros nem têm comissão de revisão por pares. Essas obras não têm qualquer valor?



Sindicato
Nacional
dos Professores
Licenciados

Por outro lado, ainda, haverá catedráticos específicos para uma avaliação qualitativa dessas obras para cada um dos avaliados?

21º

O peso relativo para os cargos desempenhados apresenta-se com um grau elevado de subjectividade: reitor e directo de escola, iguais; presidente do cc e presidente do cp, diferentes; coordenador de curso menor que director de laboratório; ...

22º

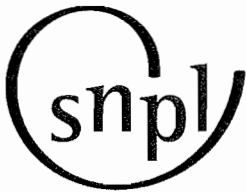
A não uniformização das menções pode dificultar a mobilidade de docentes, o que contraria a lei geral da mobilidade dos trabalhadores. Mas é de rejeitar que um parâmetro possa ser determinante: a avaliação é global e só essa deve determinar a menção final.

26º

A definição de metas não refere uma chamada de atenção para um facto incontestável: no final da carreira (digamos a partir dos 60 anos) podemos encontrar duas situações muito diversas: quem está cansado por ter desempenhado de forma digna e laboriosa a sua longa actividade docente, de investigação, etc.; e quem pode não ter feito o mesmo esforço, mas ter-se situado em organizações que lhe valorizam o estatuto. E para estas duas situações é preciso prever exigências diferentes de avaliação.

27º

Não é descabido que fique explícita, de forma clara e em linguagem descritiva, a percentagem relativa (pelo menos na determinação da amplitude) de cada um dos quatro parâmetros da avaliação global, isto é, que se torne mais acessível a todos os



Sindicato
Nacional
dos Professores
Licenciados

docentes o formulado na Tabela A1 – Metas e Tectos. É também por isso mesmo que a avaliação não pode ser considerada negativa só por existir falta de um dos elementos (por exemplo: cargos de gestão). Se quem tem cargos pode pedir avaliação ponderada, quem só não tem cargos não pode ser prejudicado. E também por isso o peso relativo se torna importante.

Não deve ser aceite a desvantagem do parâmetro ensino em relação ao da investigação, para o caso dos docentes. O professor universitário e um docente que investiga para melhorar a docência; a confusão entre estes dois parâmetros e os cargos e aplicações económicas não é saudável.

Tabela A2:

Se a amplitude de valoração pode ir até 20% para os grupos A, B e C, não tem sentido distinguir o grau inferior da escala. Por outro lado, é evidente que a dependência dos académicos de menor grau em relação aos de maior faz com que estes condicionem a ocupação de cargos por aqueles; podendo também entender-se que, se os de menor grau são escolhidos, deve ser realçada a sua competência. Na verdade, para a contagem da carga horária era costume, por exemplo, que os assistentes com horas teóricas vissem majorada essa contagem.

A Direcção Nacional

Anexo II

**Regulamento de avaliação de desempenho
dos docentes da
Faculdade de Motricidade Humana**

31 de Março de 2010

Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da Faculdade de Motricidade Humana

Capítulo I Disposições gerais

Art. 1.º (Objecto)

Ao abrigo do artigo 3º do Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), o presente regulamento:

1. Estabelece um sistema de classificação que:
 - a) Especifica os parâmetros e os critérios de avaliação para cada uma das vertentes da actividade dos docentes;
 - b) Estabelece as regras para a fixação de referências de desempenho em cada um dos critérios de avaliação, através de metas e tectos, a definir para cada área disciplinar;
 - c) Especifica a função de valoração, os coeficientes de ponderação do peso relativo dos critérios de avaliação em cada vertente e o peso relativo de cada vertente no conjunto das vertentes da actividade dos docentes;
 - d) Define a metodologia para determinação da classificação final e a correspondente menção qualitativa da avaliação de desempenho.
2. Fixa as regras gerais para a nomeação de avaliadores, com base na identificação de áreas disciplinares e afectação a estas, para efeitos de avaliação dos docentes, assim como os casos especiais de nomeação de avaliadores;
3. Identifica as fases do processo de avaliação.
4. Define a composição e as competências do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes.

Art. 2º (Aplicação no tempo)

1. O sistema de classificação, a que alude o artigo anterior, só será aplicado para avaliações de desempenho relativas a períodos que se iniciem após 1 de Janeiro de 2010, aplicando-se pela primeira vez na avaliação do triénio 2010-2012, que corresponde ao primeiro ciclo de avaliação, sem prejuízo de, a pedido do interessado, poder ser também utilizado, para avaliação de desempenho em períodos anteriores, mas como um método auxiliar na ponderação curricular.
2. O sistema de avaliação deve ser dado a conhecer aos docentes no primeiro semestre de cada período de avaliação.

Art. 3.º (Casos excepcionais de não aplicação)

Pode o avaliado, durante a fase de auto-avaliação, requerer ao Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes que, em substituição do sistema de classificação estatuído no presente regulamento, o seu desempenho seja avaliado nos termos regulamentados para a ponderação curricular quando, comprovadamente, durante o período a que se reporta a avaliação exerceu actividades que apresentem uma forte característica atípica em relação aos parâmetros definidos no presente regulamento.

Art. 4.º
(Opção pela regra mais favorável)

Caso tenha sido decidida, após o primeiro semestre do período de avaliação, qualquer alteração dos parâmetros, critérios, função de valoração, metas, tectos, coeficientes de ponderação, ou quaisquer outras que possam modificar o resultado final da avaliação, o avaliado tem direito a que seja considerado na sua avaliação o conjunto de regras que tenham estado simultaneamente em vigor durante o período de avaliação que maximize o resultado final da mesma.

Art. 5.º
(Publicação das alterações)

As alterações ao Anexo ao presente regulamento, aos valores dos limiares definidos no artigo 30º e ao conteúdo das tabelas, não carecem de publicação em Diário da República, devendo ser comunicadas aos docentes da FMH através de e-mail e ser publicitadas através da página da FMH na Internet.

Art. 6.º
(Reconhecimento de mérito)

Os órgãos competentes poderão criar atribuições de mérito para reconhecer docentes com desempenho trienal extremamente meritório.

Art. 7.º
(Recusa de participação)

1. A recusa de um docente em participar no processo de avaliação de desempenho, como avaliado ou avaliador, é passível de constituir infracção disciplinar, nos termos da lei.
2. A recusa de um docente em participar no processo de avaliação de desempenho, como avaliado corresponde a uma avaliação final de 'Inadequado', sem prejuízo de ser passível de constituir infracção disciplinar, nos termos da lei.

Capítulo II

Vertentes, parâmetros e critérios

Art. 8.º **(Vertentes)**

1. São consideradas, para efeitos de avaliação de desempenho numa determinada área disciplinar, as seguintes vertentes da actividade docente do avaliado:
 1. Investigação
 2. Ensino
 3. Extensão universitária, divulgação científica e valorização económica, social e cultural do conhecimento, que se designará neste regulamento por Transferência de Conhecimento;
 4. Gestão Universitária.
2. A avaliação do desempenho em cada uma destas vertentes é efectuada por critérios, independentes uns dos outros, que caracterizam de uma forma quantitativa e qualitativa os diferentes parâmetros da actividade dos docentes.

Art. 9.º **(Parâmetros da vertente investigação)**

Na vertente de investigação científica são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza qualitativa e quantitativa:

1. Produção e impacto científico: parâmetro que tem em conta livros, capítulos de livros, artigos em revistas científicas e em actas de conferências de que o avaliado foi autor ou co-autor, considerando:
 - a) A sua natureza;
 - b) O factor de impacto;
 - c) O número de citações;
 - d) O nível tecnológico;
 - e) A inovação;
 - f) A diversidade;
 - g) A importância das contribuições para o avanço do estado actual do conhecimento e o número médio de publicações no período em apreciação.
2. Coordenação e participação em projectos científicos: parâmetro que tem em conta a participação e coordenação de projectos científicos sujeitos a concurso numa base competitiva, tendo em consideração:
 - a) O âmbito territorial;
 - b) A dimensão;
 - c) O nível tecnológico;
 - d) A importância das contribuições;
 - e) A inovação;
 - f) A diversidade;
3. Criação e reforço de meios laboratoriais (quando aplicável à área disciplinar em causa): parâmetro que tem em conta a participação e coordenação de iniciativas que tenham resultado na criação ou reforço de infra-estruturas laboratoriais de natureza experimental e/ou computacional de apoio à investigação;
4. Dinamização da actividade científica: parâmetro que tem em conta a capacidade de coordenação e liderança de equipas de investigação;
5. Reconhecimento pela comunidade científica internacional: parâmetro que tem em conta:

- a) Prêmios de sociedades científicas;
 - b) Actividades editoriais em revistas científicas;
 - c) Participação em corpos editoriais de revistas científicas;
 - d) Coordenação e participação em comissões de programa de eventos científicos;
 - e) Realização de palestras convidadas em reuniões científicas ou noutras universidades;
 - f) Membro de sociedades científicas de admissão competitiva e outras distinções similares;
 - g) Citações no período a que diz respeito a avaliação, relativas a artigos publicados em anos anteriores ao período de avaliação em causa.
6. Nas áreas disciplinares em que se justifique, reconhecimento da comunidade artística de trabalhos de pesquisa/criação no domínio científico em causa.

Art. 10.º
(Parâmetros da vertente ensino)

Na vertente de ensino são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza qualitativa e quantitativa:

1. Conteúdos pedagógicos: parâmetro que tem em consideração publicações, aplicações informáticas, protótipos experimentais de âmbito pedagógico, tendo em consideração a sua natureza e o seu impacto nas comunidades nacional e internacional, traduzido, por exemplo, na tiragem no caso das publicações e utilização restrita à FMH ou alargada a outras instituições de ensino superior para todos os itens mencionados.
2. Actividade de ensino: parâmetro que tem em consideração as unidades curriculares que o docente coordenou e leccionou tendo em consideração a diversidade, a prática pedagógica e o universo dos alunos.
3. Inovação: parâmetro que tem em consideração a capacidade demonstrada pelo docente na promoção de novas iniciativas pedagógicas, como por exemplo:
 - a) Propostas de novas unidades curriculares ou reformulação profunda de existentes por decisão da escola;
 - b) Criação ou reforço de infra-estruturas laboratoriais de natureza experimental e/ou computacional de apoio ao ensino (quando aplicável);
 - c) Criação ou reestruturação de grupos de unidades curriculares ou de planos de estudos
 - d) Iniciativas destinadas a melhorar a prática pedagógica.
4. Acompanhamento e orientação de estudantes: parâmetro que tem em consideração a orientação de alunos de doutoramento, mestrado ou licenciatura, levando em linha de conta o número, a qualidade, o âmbito e o impacto científico/tecnológico das publicações, teses, dissertações e trabalhos finais de curso resultantes, distinguindo especialmente os trabalhos premiados e o reconhecimento internacional.

Art. 11.º
(Parâmetros da vertente de transferência de conhecimento)

Na vertente de transferência de conhecimento são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza qualitativa e quantitativa:

1. Propriedade industrial: parâmetro que tem em conta a autoria e co-autoria de patentes tendo em consideração a sua natureza, a abrangência territorial, o nível tecnológico e os resultados obtidos;
2. Propriedade artística: parâmetro que tem em conta a autoria e co-autoria de obra artística tendo em consideração a sua natureza, a abrangência, o impacto nas audiências e a qualidade artística da obra;

3. Legislação e normas técnicas: parâmetro que tem em conta a participação na elaboração de projectos legislativos e de normas levando em consideração a sua natureza, a abrangência territorial e o nível tecnológico;
4. Publicações de divulgação artística, científica e tecnológica: parâmetro que tem em conta artigos em revistas e conferências nacionais e outras publicações de divulgação artística, científica e tecnológica, atendendo ao seu impacto profissional e social;
5. Prestação de serviços e consultoria: parâmetro que tem em conta a participação em actividades que envolvam meios não-académicos, públicos e privados, tendo em consideração o tipo de participação, a dimensão, a diversidade, a intensidade tecnológica e a inovação;
6. Serviços às comunidades artística e científica e à sociedade: parâmetro que tem em conta a concepção, coordenação e/ou participação em iniciativas de divulgação e promoção artística, científica e tecnológica junto das comunidades artística e científica, da comunicação social, das empresas e da sociedade em geral, tendo em consideração a sua natureza e os resultados alcançados.
7. Acções de formação profissional: parâmetro que tem em conta a participação e coordenação de cursos de especialização artística e tecnológica dirigidos para as empresas e o sector público, tendo em consideração a sua natureza, a intensidade artística e tecnológica e os resultados alcançados.
8. Experiência profissional não académica: trabalho relevante realizado fora do meio académico na área disciplinar em consideração, tal como a leccionação de cursos não conducentes a grau académico.
9. Acções ou programas de intervenção comunitária com impacto social relevante para a melhoria da qualidade de vida e valorização social
10. Cargos directivos em órgãos de sociedades científicas.

Art. 12.º
(Parâmetros da vertente de gestão universitária)

Na vertente de gestão universitária são estabelecidos, designadamente, os seguintes parâmetros, de natureza qualitativa e quantitativa:

1. Cargos em órgãos da universidade ou da unidade orgânica: parâmetro que tem em consideração a natureza e a responsabilidade do cargo.
2. Cargos em unidades e coordenação de cursos: parâmetro que tem em conta o cargo, o universo de actuação e os resultados obtidos pelo docente no exercício de funções de gestão em departamentos e secções autónomas, unidades de investigação, coordenações de curso e coordenações de áreas disciplinares ou secções;
3. Cargos e tarefas temporárias: parâmetro que tem em conta a participação em actividades editoriais de revistas internacionais, em avaliação em programas científicos, em júris de provas académicas, em júris de concursos e em cargos e tarefas temporárias que tenham sido atribuídas pelos órgãos de gestão competentes tendo em consideração a sua natureza, o universo de actuação e os resultados obtidos pelo docente no exercício dessas funções.
4. Outros cargos: parâmetro que tem em conta os cargos a que alude o artigo 73º do Estatuto da Carreira Docente e Universitária (ECDU) e os cargos em organizações científicas nacionais e internacionais.

Art. 13.º
(Critérios de avaliação)

Tendo em conta as vertentes e respectivos parâmetros identificados nos artigos anteriores, são fixados,

para cada uma daquelas vertentes, os seguintes critérios que integram componentes quantitativas e qualitativas de avaliação

1. Na vertente investigação, serão utilizados os seguintes critérios de avaliação (as abreviaturas indicadas à frente de cada um, correspondem à notação utilizada no presente documento)
 - a) publicações (I_p);
 - b) projectos científicos (I_r).
2. Na vertente ensino, serão utilizados os seguintes critérios de avaliação:
 - a) conteúdos pedagógicos (E_c);
 - b) acompanhamento e orientação de alunos (E_a);
 - c) unidades curriculares (E_u).
3. Na vertente transferência de conhecimento, serão utilizados os seguintes critérios de avaliação:
 - a) propriedade industrial e intelectual, legislação, normas e publicações técnicas (T_p);
 - b) prestação de serviços, consultoria e divulgação de C&T (T_r).
4. Na vertente gestão universitária, será apenas utilizado um critério de avaliação: o de gestão universitária (G_u).
5. Sempre que surja uma divergência entre avaliador e avaliado sobre o modo de classificar um item de um critério de uma dada vertente, de entre os referidos nas Tabelas 1 a 8, esta será resolvida em primeira instância pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes.

Art. 14.º

(Critério de avaliação de publicações)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de publicações são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida, tomando em conta a área disciplinar, com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 9, incluindo actualidade, impacto, dificuldade, profundidade, diversidade, multidisciplinaridade, sofisticação técnica, integridade científica, colaboração internacional, contribuição para o avanço do estado actual do conhecimento, liderança e reconhecimento pela comunidade internacional através de prémios ou distinções, actividade editorial, convites para palestras e estadias em instituições estrangeiras de ensino e/ou investigação por convite.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{l,p} = \sum_{i=1}^n \frac{1}{Z_i} \times \left(T_i + \frac{1}{3\rho_i} Cit_i \right)$ em que:
 - a) n : número total de publicações científicas;
 - b) T_i : tipo de publicação de acordo com a classificação indicada na Tabela 1;
 - c) Cit_i : número de citações da publicação em revistas indexadas, as quais devem ser fornecidas pelo avaliado, excluindo as auto-citações. Entende-se por auto-citação uma citação feita num artigo com pelo menos um autor comum ao artigo citado;
 - d) ρ_i : número de referência para as citações na área em que se insere na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI) a revista onde o artigo foi publicado, a qual pode não ser a área disciplinar do avaliado; este coeficiente será calculado através do número médio dos factores de impacto das revistas da área do ISI em causa;
 - e) Z_i : factor de correcção ao número de autores dado por

$$Z_i = \begin{cases} 1 & \text{se } A_i \leq 10 \\ \frac{7}{10}A_i - 6 & \text{se } 10 \leq A_i \leq 20 \\ 8 & \text{se } 20 \leq A_i \end{cases}$$

onde A_i é o número de autores do artigo.

Tabela 1: Investigação (publicações)	
Tipo de publicação	T_i
Livro científico com edição internacional e sistema de revisão por pares	6
Artigo publicado em revista com sistema de arbitragem	Tipo A_1 – 3.0 Tipo A_2 – 2.6 Tipo A_3 – 2.2 Tipo A_4 – 1.8 Tipo A_5 – 0.3
Livro científico com edição nacional e sistema de revisão por pares	2
Capítulo de livro internacional (excluindo actas de conferências)	1
Edição de livro internacional com sistema de revisão por pares	1
Edição de ‘special issue’ em revista internacional	0.5
Artigo em acta de conferência internacional	0.2
Edição de livro nacional com sistema de revisão por pares	0.5
Capítulo de livro científico nacional (excluindo actas de conferências) e sistema de revisão por pares	0.3
Resumo em revista indexada (ISI), artigo em acta de conferência nacional	0.1

3. A tipologia das revistas mencionada na Tabela 1 (Investigação) é obtida de acordo com o seguinte:
 - a) Tipo A_1 : revistas com factores de impacto (ISI), primeiros 25% na área ISI a que pertencem;
 - b) Tipo A_2 : revistas com factores de impacto (ISI), 25%-50% na área ISI a que pertencem;
 - c) Tipo A_3 : revistas com factores de impacto (ISI), 50%-75% na área ISI a que pertencem;
 - d) Tipo A_4 : revistas com factores de impacto (ISI), últimos 25% na área ISI a que pertencem, ou revistas que estão indexadas (ISI), sem factor de impacto.
 - e) Tipo A_5 : restantes revistas com sistema de arbitragem, não necessariamente listadas no ISI;
 - f) Em casos excepcionais e devidamente justificados, o Conselho Coordenador de Avaliação da FMH, poderá ainda, e sob proposta do Conselho Científico, ouvidas as áreas disciplinares, designar a priori um número reduzido (a fixar) de revistas internacionais de elevada qualidade do tipo A_i ($i=1, \dots, 4$) para cada área disciplinar;
 - g) O Conselho Científico deverá garantir a uniformidade de critérios das listas propostas pelas áreas disciplinares.
4. No contexto da publicação de livros/revistas, o qualificativo “nacional” refere-se a um livro/revista editado em Portugal e com distribuição efectiva restringida ao território nacional, sendo considerado como “internacional” um livro/revista com circulação efectiva em mais de um país.

Art. 15.º
(Critério de avaliação de projectos científicos)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de projectos científicos são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 9, incluindo inovação, actualidade, dificuldade, profundidade, diversidade, sofisticação técnica, contribuição para o estado actual do conhecimento, liderança, criação e reforço de meios laboratoriais de apoio à investigação e cooperação com instituições de ensino superior, centros de investigação e empresas nacionais ou internacionais.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{l,r} = \sum_{i=1}^n T_i \times \frac{NA_i}{3}$ em que:
 - a) n : número total de projectos em curso no período da avaliação;
 - b) NA_i : número de anos do projecto que recaíram sobre o período de avaliação em causa;
 - c) T_i : tipo de participação no projecto de acordo com a classificação indicada na Tabela 2;
3. No contexto de projectos, estes consideram-se internacionais caso incluam instituições de mais de um país e a entidade financiadora seja transnacional.

Tabela 2: Investigação (Projectos científicos)

Tipo de participação	T_i
Responsável geral de projecto de I&D internacional	3.5
Responsável nacional de projecto de I&D internacional	2.5
Responsável de projecto de I&D nacional (e.g. FCT, AdI)	2
Responsável de projecto de parceria nacional ou internacional (e.g. CMU, MIT, UT Austin)	1
Responsável de projecto de cooperação transnacional (e.g. acções integradas)	0.4
Participante em projecto de I&D ou de parceria nacional ou internacional (mínimo 25%) Supervisão de trabalhos de pós-doutoramento (e.g. concursos de bolsas FCT)	0.25
Membro de uma unidade de I&D abrangida pelo programa de financiamento plurianual da FCT classificada com 'Excelente' ou 'Muito Bom'	0.15
Bolsa de licença sabática (FCT)	0.15
Bolsa de pós-doutoramento (FCT)	0.15
Participante em projecto de cooperação transnacional (e.g. acções integradas)	0.1
Participante em projecto de I&D ou de parceria nacional ou internacional (< 25%)	0.1
Membro de uma unidade de I&D abrangida pelo programa de financiamento plurianual da FCT classificado com 'Bom'	0.1

Art. 16.º
(Critério de avaliação de conteúdos pedagógicos)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de conteúdos pedagógicos são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 10, incluindo originalidade, profundidade, maturidade, rigor científico, rigor pedagógico, sofisticação técnica, diversidade de conteúdos, documentação de suporte (no caso de software e de montagens laboratoriais), âmbito territorial da publicação, inclusão na bibliografia aconselhada de unidades curriculares do ensino superior em instituições nacionais ou internacionais e prémios ou distinções.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{E,c} = \sum_{i=1}^n \frac{1}{Z_i} T_i$ em que

- a) n : número total de conteúdos pedagógicos
 b) T_i : tipo de conteúdo pedagógico de acordo com a classificação indicada na Tabela 3.
 c) Z_i : factor de correcção ao número de autores dado por

$$Z_i = \begin{cases} 1 & \text{se } A_i \leq A_m \\ \frac{A_i}{A_m} & \text{caso contrário} \end{cases}$$

onde A_i é o número de autores e $A_m=2$.

3. No contexto de conteúdos pedagógicos, os qualificativos de “nacional” e “internacional” quando aplicados a livros obedecem aos princípios enunciados no número 4 do Artigo 14.º.

Tabela 3: Ensino (conteúdos pedagógicos)	
Tipo de conteúdo pedagógico	T_i
Livro internacional	7
Livro nacional	5
Capítulo de livro internacional (por convite)	3
Edição de livro internacional	1
Artigo de natureza pedagógica publicado em revista internacional	3
Capítulo de livro nacional (por convite)	0.6
Edição de livro nacional	0.5
Texto pedagógico que verse a totalidade do programa das aulas teóricas de uma unidade curricular	1
Aplicação informática ou protótipo experimental adoptados em unidades curriculares (limitado a 1 por semestre)	0.2
Metodologias aplicadas ao ensino e de avaliação (limitado a 1 em cada três anos)	0.2
Artigo de natureza pedagógica publicado em revista nacional	1
Texto pedagógico que verse a totalidade do programa das aulas teórico-prática, práticas ou laboratoriais de uma unidade curricular	1
Artigo de divulgação técnico-científica ou artística	0.5

Art. 17.º

(Critério de avaliação de acompanhamento e orientação de alunos)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de acompanhamento e orientação de alunos são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 10.º, incluindo originalidade, profundidade, rigor científico, rigor pedagógico, sofisticação técnica, diversidade de conteúdos, publicações resultantes, prémios ou distinções, bolsas atribuídas por agências nacionais ou internacionais, e cooperação com instituições de ensino superior, centros de investigação e empresas nacionais ou internacionais.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{E,a} = \sum_{i=1}^n T_i \times R_i$ em que
 - a) n : número total de supervisões e co-supervisões concluídas com sucesso
 - b) T_i e R_i : tipo de supervisão e de responsabilidade de acordo com a Tabela 4.

- c) As actividades de dissertação, projecto, ou seminário aqui consideradas, pressupõe a não contabilização de carga lectiva na unidade curricular.

Tabela 4: Ensino (acompanhamento e orientação de alunos)	
Tipo de supervisão	T_i
Doutoramento	4
Mestrado (dissertação ou relatório)	1
Licenciatura (estágio e seminário)	0.1
Bolsas de investigação	0.1
Tipo de responsabilidade	R_i
Orientador	1
Co-orientador	0.5
Outras situações	0.05

Art. 18.º
(Critério de avaliação de unidades curriculares)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de unidades curriculares são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 10, incluindo desempenho pedagógico, inovação pedagógica e curricular, liderança, diversidade, integridade pedagógica, experiência profissional (não académica) relevante, cooperação com instituições de ensino superior, criação e reforço de meios laboratoriais de apoio ao ensino e participação em iniciativas complementares ao processo de ensino-aprendizagem adoptado, desenvolvidas fora do horário lectivo como seminários, workshops e visitas de estudo.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{E,u} = \sum_{i=1}^n T_i \times \frac{H_{S_i}}{6} \times I_i \times A_i$ em que
 - a) n : número total de ofertas semestrais de unidades curriculares da FMH leccionadas pelo docente;
 - b) T_i : tipo de participação na unidade curricular de acordo com a Tabela 5;
 - c) H_{S_i} : número de horas semanais de aulas creditadas ao docente em cada semestre e unidade curricular;
 I_i : resultado da avaliação global do desempenho do docente fornecida pelo sistema de inquérito à qualidade das unidades curriculares (QUC), na escala de 1 ('Muito Negativo') a 5 ('Muito Positivo') desde que 2/3 dos alunos inscritos tenham respondido:

$$I_i = \frac{5 + QUC_i}{8}$$

- d) Na ausência de resultados de inquéritos QUC, o parâmetro I_i deve ser tomado igual a 1.
- e) A_i : factor de correcção ao número de alunos da unidade curricular dado por

$$A_i = \begin{cases} 1.4, & 1.4 \leq \frac{\rho_i}{\rho_e} \\ \frac{\rho_i}{\rho_e}, & 1 \leq \frac{\rho_i}{\rho_e} \leq 1.4 \\ 1, & \frac{\rho_i}{\rho_e} < 1 \end{cases}$$

em que ρ_i é o rácio de alunos em primeira inscrição por docente na unidade curricular, e ρ_e é o rácio de alunos em primeira inscrição por docente no ciclo de estudos em causa;

- f) As seguintes condições poderão ser consideradas pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes como também levando a um valor de 1 para o factor I_i :
- i. baixo número de respostas em relação ao universo total de alunos inscritos na unidade curricular;
 - ii. falta de consistência em respostas objectivas, como sejam a assiduidade do docente.
- g) No caso de regências a que não corresponderam actividades de leccionação, os valores de Hs_i e I_i devem ser tomados iguais a 3 e 1, respectivamente.
- h) Um semestre em que o avaliado tenha usufruído de licença sabática equivale a uma oferta semestral com $T_i=1$, $Hs_i=6$, $I_i=1$, $A_i=1$ e $Q=1$.

Tabela 5: Ensino (unidades curriculares)	
Tipo de participação	T_i
Leccionação e regência	1+ NAlunos/200
Leccionação	1
Regência sem leccionação (até um máximo de 2 UCs)	NAlunos/100

Art. 19.º

(Critério de avaliação de propriedade industrial, legislação, normas e publicações técnicas)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de propriedade industrial legislação, normas e publicações técnicas são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 11, incluindo inovação, actualidade, dificuldade, profundidade, diversidade, sofisticação técnica, contribuição para o avanço do estado actual do conhecimento, difusão e impacto profissional e social.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{T,p} = \sum_{i=1}^n \frac{1}{Z_i} T_i$ em que
 - a) n : número total de patentes, projectos legislativos, normas técnicas e publicações de cariz tecnológico ou de divulgação técnico-científica, incluindo artigos em revistas e conferências nacionais;
 - b) T_i : tipo de contribuição de acordo com a classificação indicada na Tabela 6;
 - c) Z_i : factor de correcção ao número de autores dado por

$$Z_i = \begin{cases} 1 & \text{se } A_i \leq A_m \\ \frac{A_i}{A_m} & \text{se } A_m < A_i \leq 20 \\ \frac{20}{A_m} & \text{se } 20 < A_i \end{cases}$$

onde A_i é o número de doutorados da mesma instituição que o avaliado e $A_m=2$.

Tabela 6: Transferência de conhecimento (patentes, legislação, normas e publicações técnicas)	
Tipo de contribuição	T_i
Patente internacional	6
Projecto legislativo internacional, Norma técnica internacional	6
Livro internacional de divulgação técnico-científica	3.75
Livro nacional de divulgação técnico-científica	2.25
Projecto legislativo nacional, Norma técnica nacional	2.25
Patente nacional	1.5
Edição de livro internacional com sistema de revisão por pares	1
Artigo em revista nacional, Artigo em conferência nacional	0.75
Adaptação de normas técnicas europeias	0.5
Outras publicações de divulgação técnico-científica ou artística	0.5
Edição de livro nacional com sistema de revisão por pares	0.4
Editor chefe ou associado em revistas indexadas na ISI	4
Editor chefe ou associado de outras revistas com arbitragem científica	1
Membro de Comissão Científica de Congresso (se revisor)	0.1

Art. 20.º

(Prestação de serviços, consultoria e divulgação de ciência e tecnologia)

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de prestação de serviços, consultoria e divulgação de ciência e tecnologia são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 11, incluindo inovação, actualidade, dificuldade, profundidade, diversidade, visibilidade, sofisticação técnica, liderança, impacto profissional e social, âmbito territorial e criação e reforço de meios laboratoriais de apoio à investigação.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{T,r} = \sum_{i=1}^n T_i$ em que
 - a) n é o número de prestações de serviços, consultorias, organizações de eventos científicos, acções de divulgação científica ou tecnológica e cursos de formação profissional concluídos;
 - b) T_i é o tipo de acção de acordo com a classificação indicada na Tabela 7;
 - c) Nos casos em que o avaliador considere que as acções de prestação de serviços, de consultoria técnica, ou concepção e projecto, são de dimensão reduzida e do mesmo tipo, pode considerar como uma única acção o conjunto daquelas que considere adequado;

Tabela 7: Transferência de conhecimento (prestação de serviços, consultoria e divulgação de C&T)

Tipo de acção	T_i
Incubação e formação de empresa de base tecnológica	1.5
Venda ou licenciamento de patente, Royalties de direitos de autor (e.g livros e software)	1.25
Conferencista convidado em congresso internacional com conselho científico	1
Curso de formação profissional (responsável), formação no âmbito de protocolo com a universidade (responsável, e.g. Academia Militar)	1
Acção de divulgação científica, tecnológica ou artística (responsável)	0.5
Prestação de serviço (responsável), consultoria técnica (responsável)	0.5
Conferencista convidado em congresso nacional com conselho científico	0.3
Participante em simpósio a convite de conferência internacional	0.5
Formador em curso de formação profissional, formador no âmbito de protocolo com a universidade, acção de divulgação científica, tecnológica e artística, prestação de serviço ou consultoria técnica	0.25
Organização/Coordenação de Congresso Internacional (responsável)	1
Organização/Coordenação de Congresso Internacional (participante)	0.5
Organização/Coordenação de Congresso Nacional (responsável)	0.5
Organização/Coordenação de Congresso Nacional (participante)	0.25
Tradução de livro científico	0.5
Criação ou participação em projectos de criação de obra coreográfica ou performativa com apresentação pública em contexto não académico	0.5
Parecer técnico solicitado por ministérios ou comissões por eles nomeadas	0.5
Coordenação programa intervenção na comunidade	1
Cargos em órgãos directivos de sociedades científicas	0.25
Apresentação oral conferência internacional	0.2
Apresentação oral conferência nacional	0.1

Art. 21.º**(Critério de avaliação de gestão universitária)**

As componentes qualitativas e quantitativas do critério de avaliação de gestão universitária são as seguintes:

1. A componente qualitativa (Q) é estabelecida com base nos parâmetros de natureza qualitativa relevantes enumerados no Artigo 12, incluindo liderança, eficácia, integridade, cumprimento de prazos, dedicação, inovação e espírito de equipa; nos cargos a que corresponda um total de 18h na Tabela 8, toma-se $Q = 1$.
2. A componente quantitativa (M) é calculada por $M_{G,c} = \frac{1}{6} \sum_{i=1}^n H_{S_i} N_{S_i}$ em que
 - a) n : número total de cargos de gestão universitária que foram exercidos pelo docente
 - b) N_{S_i} : número total de semestres em que cada cargo foi exercido
 - c) H_{S_i} : número de horas semanais de gestão universitária em cada semestre de acordo com a Tabela 8, devendo ter-se em conta os seguintes pontos:
 - i. A atribuição de horas semanais de gestão universitária aos cargos a que alude o artigo 73º do ECDU e aos cargos em organizações científicas nacionais e internacionais, assim

como aos que se venha a verificar não estarem previstos na tabela, será realizada caso a caso pelo Presidente da FMH, de acordo com o estipulado na Tabela 8 na entrada relativa a outros cargos distribuídos pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito da actividade de docente universitário;

- ii. Os docentes não poderão acumular mais de 3h semanais em cada semestre por exercício dos cargos classificados como temporários na Tabela 8;
- iii. No que respeita aos restantes cargos da Tabela 8 (Órgãos da Universidade, Órgãos da Escola e Unidades e Coordenação de Cursos), não poderão ser acumulados mais do que 13.5h semanais em cada semestre, com excepção daqueles que exerçam um cargo a que corresponda um número de horas superior.

Tabela 8: Gestão universitária (cargos)

Tipo de cargo	<i>H_{Si}</i>
Órgãos da universidade	
Reitor	18
Vice-Reitor	18
Pro-Reitor	3
Membro do Conselho Geral	4
Membro de Comissão Permanente do Senado	3
Restantes membros do Senado	1
Órgãos da escola	
Presidente da FMH	18
Presidente do Conselho Científico	18
Presidente do Conselho Pedagógico	12
Presidente do Conselho de Escola	7
Vice-Presidentes da FMH	9
Membros efectivos do Conselho de Escola	2
Coordenador do Centro de Informática	4.5
Vice-Presidente do Conselho Científico	9
Vice-Presidente do Conselho Pedagógico	6
Membro do Conselho Coordenador de Avaliação de Docentes	3
Membro efectivo do Conselho Científico	3
Membro efectivo do Conselho Pedagógico	2
Membro da Comissão Executiva de Departamento	0.5
Membro da Comissão Executiva de Unidade de Investigação (Centro ou Laboratório Associado - FCT, sediado na FMH)	0.5
Unidades e coordenação de cursos	
Presidente de Departamento	9
Presidente de Secção Autónoma	4.5
Coordenador de Unidade de Investigação (Centro ou Laboratório Associado – FCT, sediado na FMH)	9
Coordenador de Unidade de Investigação (Centro ou Laboratório Associado – FCT, não sediado na	4.5

Tabela 8: Gestão universitária (cargos)

FMH) com protocolo estabelecido com a FMH	
Polo de Centro de Investigação sediado na FMH	4.5
Coordenador de Grupo de Investigação reconhecido oficialmente em Unidade de Investigação (Centro ou Laboratório Associado – FCT, não sediado na FMH com protocolo estabelecido com a FMH)	2.5
Director de Laboratório/Centro de Estudos (FMH)	4.5
Coordenador de Curso de 1º, 2º ou 3º Ciclo	1.5
Coordenador-Adjunto de Curso de 1º, 2º ou 3º Ciclo	1
Coordenador de Curso de Pós-Graduação	0.75
Coordenador de ano	0.5
Outros cargos distribuídos pelos órgãos de gestão competentes e que se incluam no âmbito da actividade de docente universitário (e.g. Coordenação do Serviço de Edições, Gabinete de Apoio Psicológico, Conselho de Ética, etc)	0.5-1.5
Temporários	
Tutor (por cada 15 alunos)	0.5
Avaliador de programa de I&DT internacional	1
Membro de júri de concurso académico*	0.5
Membro de júri de prova de agregação (arguente) *	0.5
Membro de júri de prova de agregação (não arguente) *	0.25
Membro de júri de prova de doutoramento (excluindo orientador e co-orientadores) *	0.25
Membro de júri de prova de mestrado (excluindo orientador e co-orientadores e coordenador de mestrado enquanto membro do júri por inerência) *	0.15
Avaliador de programa de I&DT nacional	0.5

*Aumentar a ponderação a atribuir em 10% sempre que o concurso ou as provas se realizem fora da FMH

Capítulo III

Referências de desempenho

Art. 22.º

(Definição de níveis de qualidade)

1. Para todos os critérios de avaliação são fixados 5 níveis de avaliação de qualidade:
 - a) ‘Muito Positivo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado tem pelo menos um ponto forte determinante e nenhum ponto fraco determinante, correspondente a um factor de $Q = 1.4$;
 - b) ‘Positivo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado não tem pontos fortes nem pontos fracos determinantes e os pontos fortes superam os pontos fracos, correspondente a um factor de $Q = 1.2$;
 - c) ‘Neutro’, a atribuir sempre que o avaliador não identifique nem pontos fortes nem pontos fracos ou quando, reconhecendo a existência, considere que os pontos fortes e fracos se equilibram, correspondente a um factor de $Q = 1.0$;
 - d) ‘Negativo’, a atribuir sempre que o avaliador reconheça que o avaliado tem pelo menos um ponto fraco determinante e nenhum ponto forte determinante, correspondente a um factor de $Q = 0.8$.
2. Para atribuição de um dos quatro níveis de qualidade referidos no ponto anterior, o avaliador fará uso de informação subjectiva que disponha sobre o avaliado e terá como base os parâmetros de natureza qualitativa, identificados nos artigos anteriores, que concorrem para a definição de cada um dos critérios de avaliação.
3. Quando, como consequência da utilização de níveis de qualidade ‘negativos’, resulte uma menção final de “Inadequado”, nos termos do número 1 do artigo 30º, o Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes deverá solicitar parecer a outro Professor Catedrático da mesma área disciplinar, ou de área disciplinar afim.

Art. 23.º

(Fundamentação)

A atribuição de um valor a cada um dos factores $Q_{V,r}$ pelo avaliador terá de de ser objecto de justificação cuidadosa, de acordo com o seguinte procedimento:

1. listar eventuais pontos fortes e pontos fracos da actividade do avaliado nos parâmetros de avaliação de natureza qualitativa do critério em causa;
2. classificar como determinante ou não - determinante os pontos identificados no passo anterior, justificando caso a caso;
3. atribuir ao avaliado um dos níveis de qualidade identificados no artigo anterior.

Art. 24.º

(Definição de desempenho)

O desempenho $D_{V,r}$ no critério de avaliação r da vertente V obtém-se multiplicando a componente quantitativa $M_{V,r}$ pela componente qualitativa $Q_{V,r}$, ou seja, $D_{V,r} = Q_{V,r} \times M_{V,r}$.

Art. 25.º

(Definição de função de valoração)

1. A função de valoração $\Phi_{V,r}$ converte o desempenho $D_{V,r} = Q_{V,r} \times M_{V,r}$ no critério de avaliação r

da vertente V no valor $C_{V,r} = \Phi_{V,r}(Q_{V,r} \times M_{V,r})$ a utilizar para efeitos de avaliação.

2. A função de valoração $\Phi_{V,r}$ é contínua, limitada e crescente, satisfazendo $\Phi_{V,r}(0)=0$.
3. A função de valoração $\Phi_{V,r}$ é aprovada pelo Conselho Científico sob proposta do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, ouvido o Conselho Pedagógico e as áreas disciplinares.

Art. 26.º

(Definição de metas)

1. A meta $\mu_{V,r}$ no critério de avaliação r da vertente V quantifica, para cada área disciplinar, o desempenho pretendido durante um ciclo de avaliação.
2. Os valores das metas $\mu_{V,r}$ a que se refere o número anterior são aprovadas pelo Conselho Científico sob proposta do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, ouvido o Conselho Pedagógico e as áreas disciplinares. Na definição das metas, deverão ser tidos em conta os recursos disponíveis e o modo como a estratégia dessa área disciplinar contribui para a estratégia global da escola.
3. A função de valoração $\Phi_{V,r}$ a que refere o artigo 25.º é definida de modo a que $\Phi_{V,r}(\mu_{V,r})=100$.

Art. 27.º

(Definição de tectos)

1. O tecto $K_{V,r}$ no critério de avaliação r da vertente V quantifica a valoração de desempenho máxima que, para efeitos de avaliação, pode ser atribuída durante um ciclo de avaliação.
2. Os tectos a que se refere o número anterior são aprovados pelo Conselho Científico sob proposta do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, ouvido o Conselho Pedagógico e as áreas disciplinares.
3. Na definição dos tectos, deverá ser tida em conta a estratégia global da escola

Art. 28.º

(Coeficientes de ponderação)

1. Cada um dos coeficientes de ponderação $\alpha_{V,r}$ é um número não-negativo que estabelece o peso relativo do critério de avaliação r da vertente V . A soma de todos os coeficientes de ponderação de uma vertente é necessariamente igual a 1, ou seja $\sum_r \alpha_{V,r} = 1$.
2. Cada um dos coeficientes de ponderação β_V é um número não-negativo que estabelece o peso relativo da vertente V no conjunto das vertentes. A soma de todos os coeficientes de ponderação é necessariamente igual a 1, ou seja $\sum_V \beta_V = 1$.
3. O coeficiente global de ponderação do critério de avaliação r da vertente V no conjunto de todas as vertentes calcula-se através do produto dos coeficientes correspondentes dos números anteriores, ou seja, $\beta_V \alpha_{V,r}$.
4. Os coeficientes de ponderação a que se refere o número 1 e os intervalos de variação dos coeficientes a que se refere o número 2 são aprovados pelo Conselho Científico sob proposta do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, ouvidos o Conselho Pedagógico e as áreas disciplinares.

Capítulo IV

Sistema de classificação e procedimentos para a avaliação de desempenho

Art. 29.º (Modelo de avaliação)

A avaliação de desempenho alicerça-se num modelo multicritério de agregação aditiva de valorações nas várias vertentes, construído segundo os princípios da Análise de Decisão e da Teoria de Valor Multicritério.

Art. 30.º (Sistema de classificação)

1. O sistema de classificação materializa-se no seguinte procedimento:
 - a) Apuramento do valor $C_{V,r}$ que o avaliador atribui ao avaliado em cada critério r da vertente V
 - b) Apuramento da classificação C_V em cada vertente a partir das classificações $C_{V,r}$ dos critérios que a compõe pela expressão $C_V = \sum_r \alpha_{V,r} C_{V,r}$;
 - c) Apuramento da classificação intermédia C_I que o avaliador atribui ao avaliado pela fórmula $C_I = \sum_r \beta_V C_V$ onde os coeficientes de ponderação β_V satisfazem o estabelecido no artigo 28., e são determinados por forma a maximizar o valor de C_I , respeitando os intervalos de variação dos coeficientes de ponderação estabelecidos;
 - d) Até que seja alterada, nos termos da alínea seguinte, a classificação final C_F do docente é obtida com base na sua classificação intermédia C_I , arredondada ao inteiro mais próximo, da forma a seguir indicada:
 1. C_F = 'Excelente' se $80 \leq C_I$
 2. C_F = 'Muito Bom' se $40 \leq C_I < 80$
 3. C_F = 'Bom' se $20 \leq C_I < 40$
 4. C_F = 'Inadequado' se $C_I < 20$
 - e) Os valores de limiar que constam da alínea anterior podem ser modificados durante o primeiro semestre dos períodos de avaliação aprovada pelo Conselho Científico sob proposta do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, ouvidos o Conselho Pedagógico e as áreas disciplinares.
2. Para os efeitos da avaliação de desempenho previstos na Lei e na regulamentação aplicável, só releva a classificação final C_F . A classificação intermédia C_I não releva e, em particular, não é utilizável para seriar os docentes.
3. A divulgação dos resultados deve respeitar a natureza individual da avaliação de desempenho dos docentes, sendo os resultados comunicados ao docente em causa, ao Presidente do Departamento ou Secção Autónoma e ao coordenador da Área Disciplinar, em que o docente está integrado, de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da UTL, estando todos os intervenientes no processo de avaliação obrigados a sigilo.
4. A situação de sigilo descrita no ponto anterior pode ser alterada, caso o avaliado dê o seu consentimento, no caso de uma atribuição de mérito como descrita no Artigo 6.
5. Sem prejuízo do âmbito individual dos resultados, estes podem ser objecto de tratamento estatístico para caracterização das áreas disciplinares.

Art. 31.º
(Identificação de áreas disciplinares)

1. Cabe ao Conselho Científico identificar as áreas disciplinares da Faculdade de Motricidade Humana, bem como, para efeitos do artigo 36.º, das áreas disciplinares análogas ou afins de cada área disciplinar, sem prejuízo do número seguinte.
2. Os actos previstos no número anterior estão sujeitos a ratificação do Reitor da UTL.
3. Cabe ao Conselho Científico identificar as áreas disciplinares de cada docente, ouvido o mesmo.

Art. 32.º
(Nomeação dos avaliadores)

1. Para cada docente da FMH, o Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes nomeará um avaliador para as vertentes de Investigação, Ensino e Transferência de Conhecimento, de acordo com as regras definidas no presente capítulo.
2. O avaliador referido no número anterior será um Professor Catedrático da área disciplinar em que se integra o avaliado podendo, caso seja julgado necessário ou conveniente, este ser um Professor Catedrático de outra escola da UTL ou de outra universidade.
3. O avaliador referido nos números anteriores poderá, se assim o entender, ser coadjuvado por outros Professores Catedráticos dessa mesma área disciplinar ou de outra área disciplinar análoga ou afim ou por um perito externo.
4. Sempre que um avaliador entenda recorrer a um coadjuvante, deverá dar conta dessa sua intenção, no prazo de dez dias úteis contados da sua nomeação, ao Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, que a fará divulgar na página da FMH na Internet.
5. No caso do avaliado ter ocupado durante todo ou parte do período de avaliação em causa um dos cargos de gestão referidos no artigo 35º, deverá a vertente de Gestão ser objecto de avaliação por parte do avaliador designado nesse artigo; em todas as outras situações deverá a avaliação nesta vertente ser feita pelo avaliador designado nos termos dos números 1 e 2 do presente artigo e do artigo 36º.
6. Os avaliadores mencionados nos números 1 e 5 poderão trocar informação sobre o avaliado caso o considerem necessário.
7. A lista dos avaliadores e dos respectivos avaliados será divulgada na página da FMH na Internet.

Art. 33.º
(Recurso quanto à nomeação de avaliadores)

1. No prazo de dez dias úteis contados da divulgação da lista de avaliadores, pode qualquer docente recorrer para o Presidente da FMH da nomeação de qualquer avaliador.
2. O recurso interposto pode ser sustentado na violação de uma regra do presente regulamento, que deverá ser expressamente identificada no recurso sob pena do seu indeferimento liminar, ou no previsto no ponto 1 do artigo 34º.
3. O Presidente da FMH decidirá do recurso, que tem efeitos suspensivos, no prazo máximo de dez dias úteis, devendo ouvir o Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes e, sempre que possível, o Presidente do Departamento em que o docente está integrado.
4. Sendo recorrentes o Presidente da FMH ou os membros do Conselho de Escola cabe ao Reitor

decidir do recurso interposto.

Art. 34.º
(Impedimento, escusa ou suspeição de avaliador)

1. Os prazos referidos no artigo anterior são aplicáveis aos casos de impedimento, escusa ou suspeição de avaliador.
2. Cabe ao Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes decidir sobre os incidentes referidos no número anterior, excepto quando interpostos ou envolvendo o Presidente da FMH ou o Presidente do Conselho de Escola, casos em que a decisão cabe ao Reitor.

Art. 35.º
(Casos especiais de nomeação de avaliador)

1. A avaliação do desempenho na vertente de Gestão referido no número 5 do artigo 32º, durante todo ou parte de um ciclo de avaliação, de um dos cargos a seguir identificados deverá ser feita:
 - a) por um dos vogais cooptados do Conselho de Escola escolhido por estes, no que respeita ao Presidente do Conselho de Escola;
 - b) pelo Presidente do Conselho de Escola, no que respeita aos restantes membros do Conselho de Escola;
 - c) pelo Presidente da FMH, no que respeita aos Vice-presidentes da FMH, ao Presidente do Conselho Pedagógico e restantes membros do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, aos membros do Conselho de Gestão e aos Presidentes dos Departamentos e das Secções Autónomas;
 - d) pelo Presidente do Conselho Científico, no que respeita aos membros do Conselho Científico e aos Presidentes de Unidades de Investigação, com excepção dos casos em que, por força das alíneas anteriores, outro haja de ser o avaliador;
 - e) pelo Presidente do Conselho Pedagógico, no que respeita aos membros do Conselho Pedagógico e Coordenadores de Cursos conducente a grau, com excepção dos casos em que, por força das alíneas anteriores, outro haja de ser o avaliador;
 - f) pelos Presidentes dos Departamentos ou das Secções Autónomas, ou outro Professor Catedrático nomeado pelo Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, no que respeita ao desempenho de docentes da respectiva unidade orgânica que, nos termos do artigo seguinte, foram nomeados como avaliadores com excepção dos casos em que, por força das alíneas anteriores, outro haja de ser o avaliador.
2. No caso do avaliador resultante da aplicação do número anterior não ser Professor Catedrático, o Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes nomeará um Professor Catedrático que o substitua como avaliador.
3. No caso dos Presidentes da FMH e do Conselho Científico, toma-se para a vertente de Gestão o factor de qualidade $Q = 1$.

Art. 36.º
(Regra geral de nomeação de avaliador)

1. Na nomeação de avaliadores o Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes deve atender às seguintes regras:
 - a) o avaliador deve ser um Professor Catedrático que exerça funções na área disciplinar em que se integra o avaliado;
 - b) não sendo possível, ou sendo possível não se revele conveniente, nomear um Professor

Catedrático da área disciplinar do avaliado, pode ser nomeado um outro Professor Catedrático que exerça preferencialmente funções em área disciplinar análoga ou afim.

2. Sempre que possível o avaliador deve ter uma relação funcional com o avaliado.

Art. 37.º
(Fases)

- 1) O processo de avaliação dos docentes compreende as seguintes fases:
 - a) Auto-avaliação;
 - b) Avaliação;
 - c) Harmonização;
 - d) Notificação da avaliação;
 - e) Homologação.
- 2) A concretização do processo de avaliação é da responsabilidade do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes, respeitando o estipulado no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da UTL.
- 3) A regulamentação da auto-avaliação é da competência do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes.
- 4) Ao avaliado são concedidas as faculdades de se pronunciar em audiência prévia sobre a avaliação, bem como de impugnar o acto administrativo de avaliação através do direito de reclamação e do recurso, nos termos estabelecidos no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da UTL.

Capítulo V

Conselho Coordenador de Avaliação de Docentes

Art. 38.º

(Composição e duração dos mandatos)

1. O Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes tem a seguinte composição:
 - a) O Presidente da FMH, que preside;
 - b) Os Presidentes do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico;
 - c) Três a cinco professores catedráticos da FMH, nomeados pelo Presidente da FMH, ouvido o Conselho Científico.
2. O mandato dos membros do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes designados nos termos da alínea c) do número anterior tem a duração do período restante do mandato do Presidente da FMH.

Art. 39.º

(Competências)

Para além das competências previstas no Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da UTL e neste regulamento, compete ao Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes:

1. Nomear os avaliadores nos termos do presente Regulamento;
2. Fixar, durante o primeiro semestre de cada período de avaliação, as funções de valoração, as metas, os tectos e os coeficientes de ponderação de acordo com o estabelecido nos artigos 25.º a 28.º.
3. Concretizar o processo de avaliação e divulgá-lo por avaliadores e avaliados.
4. Elaborar e divulgar, no final da avaliação correspondente a cada período, um relatório sobre a forma como aquela decorreu e com propostas de melhorias a introduzir no regulamento, incluindo, designadamente, a análise da influência dos factores de discricionariedade aplicados pelos diferentes avaliadores nos resultados globais da avaliação e a audição aos representantes dos docentes eleitos para esse fim.

Capítulo VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 40.º

(Avaliação nos anos de 2004 a 2009)

Para os fins da avaliação nos anos de 2004 a 2009 prevista nos artigos 32º e 33º do Regulamento de avaliação de desempenho dos docentes da UTL, e para efeitos dos artigos 31º do presente regulamento, as áreas disciplinares são consideradas as áreas científicas existentes à data na FMH, ou seja, Ciências do Desporto, Ciências da Educação, Ciências da Motricidade, Dança, Educação Especial e Reabilitação, Ergonomia, Fisioterapia, Métodos Matemáticos, e Saúde e Condição Física.

ANEXO A

Referências quantitativas de desempenho a utilizar por omissão

1. No caso do Conselho Coordenador de Avaliação dos Docentes da FMH não fixar a função de valoração $\Phi_{V,r}$ para o critério de avaliação r da vertente V durante o primeiro semestre do período de avaliação, nos termos estipulados no artigo 25º, utiliza-se a função definida por

$$\Phi(d) = \begin{cases} 0, & d \leq 0 \\ \frac{100}{\mu_{V,r}}d, & 0 < d \leq \frac{\mu_{V,r}K_{V,r}}{100} \\ K_{V,r}, & \frac{\mu_{V,r}K_{V,r}}{100} < d \end{cases}$$

2. No caso do Conselho Coordenador da Avaliação dos Docentes da FMH não fixar a meta $\mu_{V,r}$ no critério de avaliação r da vertente V durante o primeiro semestre do período de avaliação, nos termos estipulados no artigo 26º, utilizam-se os valores indicados na Tabela A1. No caso dos docentes convidados, a meta das Unidades Curriculares deve ser multiplicada pela percentagem de contratação.
3. No caso do Conselho Coordenador da Avaliação dos Docentes da FMH não fixar o tecto $K_{V,r}$ no critério de avaliação r da vertente V durante o primeiro semestre do período de avaliação, nos termos estipulados no artigo 27º, utilizam-se os valores indicados na Tabela A1.
4. No caso do Conselho Coordenador da Avaliação dos Docentes não fixar os intervalos de variação do coeficiente de ponderação β_V que estabelece o peso relativo da vertente V no conjunto das vertentes e o coeficiente de ponderação $\alpha_{V,r}$ que estabelece o peso relativo do critério de avaliação r da vertente V durante o primeiro semestre do período de avaliação, nos termos estipulados no artigo 28º, utilizam-se os valores indicados na Tabela A2.

Tabela A1 - Metas e tectos (valores a utilizar por omissão)			
Vertente V	Critério r	$\mu_{V,r}$	$K_{V,r}$
Investigação	I _p	4.5	600
	I _r	1	500
Ensino	E _c	1.5	500
	E _a	6	300
	E _u	9	300
Transferência de Conhecimento	T _p	9	300
	T _r	6	300
Gestão Universitária	G _u	4.5	500

**Tabela A2 - Coeficientes de ponderação e respectivos intervalos
(valores a utilizar por omissão)**

Vertente		I		E			T		G
Percentagem da Vertente	β_V	40% a 60%		20% a 40%			0% a 20%		0% a 20% (A) 2.5% a 20% (B) 5% a 20% (C)
Critério	$C_{V,r}$	$C_{I,p}$	$C_{I,r}$	$C_{E,c}$	$C_{E,a}$	$C_{G,u}$	$C_{T,p}$	$C_{T,r}$	$C_{G,u}$
Fracção do Critério na Vertente	$\alpha_{V,r}$	6/8	2/8	1/6	2/6	3/6	1/3	2/3	1

A: Professores Auxiliares, Assistentes e Docentes Convidados

B: Professores Auxiliares com Agregação, Associados ou Associados com Agregação

C: Professores Catedráticos

Anexo III

Normas para a Distribuição de Serviço

1. A coordenação de curso deve ser atribuída prioritariamente ao professor:
 - a. Com a categoria mais elevada no regulamento de precedências da UTL
 - b. Com mais tempo de contacto com os alunos desse curso.
 - c. Que desenvolve investigação na área disciplinar dominante do curso.
2. O perfil do coordenador adjunto do curso deve corresponder prioritariamente:
 - a. Ao professor de categoria mais elevada do curso de uma das outras áreas disciplinares que contribuem para o mesmo curso, caso existam, de preferência da segunda com maior número de unidades curriculares ou com mais ECTS.
3. O perfil do coordenador de ano deve corresponder prioritariamente ao professor:
 - a. Com categoria mais elevada
 - b. Com mais tempo de contacto com os alunos desse ano.
Nota: O coordenador de ano não pode desempenhar simultaneamente a função de coordenador ou de coordenador adjunto do curso. Exceptuam-se os casos de 2º ano de mestrado.
4. A regência de uma disciplina deve ser atribuída preferencialmente ao professor da disciplina que:
 - a. Tenha a categoria mais elevada no regulamento de precedências e tempo de contacto com os alunos dessa disciplina.
 - b. Desenvolva investigação no âmbito da unidade curricular ou área disciplinar a que a unidade curricular pertence
 - c. Tenha publicação pedagógica sobre essa matéria
Nota: Caso existam dois ou mais docentes com perfil adequado a regência deve ser atribuída ao docente que tenha o menor número de regências.
5. Tendencialmente, cada docente pode leccionar um máximo de 3 unidades curriculares por semestre não podendo ultrapassar as 5 unidades curriculares por ano lectivo.
6. Os docentes contratados em regime de tempo integral estão sujeitos a um limite mínimo de 6 horas anuais de aulas ou seminários, de acordo com o número 1 do artigo 71 do ECDU (DL nº 168 de 31-8-2009). Exceptuam-se os presidentes e vice-presidentes dos órgãos de gestão que face a previsão do trabalho para o ano lectivo seguinte poderão ser dispensados total ou parcialmente da leccionação e as situações previstas no ponto 5 do artigo 77º do ECDU.

7. Os docentes a tempo parcial deverão ter um número de horas anuais de aulas ou seminários de acordo com a percentagem do seu contrato e a aprovação pelo Conselho Científico da sua renovação está sujeita à aprovação da distribuição de serviço.

8. Quantificação da carga lectiva

Horas de leccionação nas unidades curriculares de licenciatura, mestrado e de doutoramento, correspondentes a aulas teóricas (T), teórico-práticas (TP), práticas (P), práticas laboratoriais (PL), e trabalho de campo (TC), sendo que:

i. A aula teórica tem, sempre que possível, um número limite máximo de **250 alunos**;

ii. As aulas TP, P, PL e de TC sempre que inseridas em unidades curriculares com uma tipologia que inclua mais do que um tipo de aulas têm o mesmo valor para efeitos de distribuição de serviço e têm como **limite máximo 30 alunos** por grupo / turma e um limite mínimo de 10 alunos por grupo / turma.

iii. Em todas as unidades curriculares com um nº de estudantes inferior a 10 alunos, a contabilização de serviço consistirá em 0.2 horas/ ano / aluno vezes o nº de horas de aulas da disciplina previstas para o docente.

9. As unidades curriculares com uma tipologia que inclua apenas Orientação Tutorial (OT) têm a seguinte distribuição de serviço:

a. Estágio e/ou trabalho de projecto de licenciatura: 0.25 horas/ ano por aluno.

b. Orientação de estágio no Mestrado: 0,5 h/ano por aluno

c. Dissertação de Mestrado (por estudante) = 0,5 h/ano não podendo ultrapassar 1 ano ou conforme o previsto no curso em referência mesmo em situações em que o aluno não consegue entregar o trabalho no prazo estipulado *

d. Dissertação de Doutoramento (por estudante) = 0,75h, até ao máximo de 3 anos **.

* Atribuição dependente do preenchimento da ficha enviada pelos serviços em Junho do ano anterior.

** Atribuição dependente da entrega nos serviços até 15 de Dezembro de cada ano do relatório de supervisão de acordo com o Regulamento de doutoramento.